

ONG ligada a políticos do PCdoB e do PSB desvia milhões de reais em Brasília

Revista VEJA

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) ficaram conhecidas nos últimos tempos como um instrumento eficaz de roubar dinheiro público. Sem observar critérios elementares de boa gestão, o governo federal despejou, nos últimos cinco anos, 12 bilhões de reais nos cofres dessas entidades. Em vez de grandes resultados sociais, as ONGs vêm encabeçando uma infinidade de escândalos. Descobriu-se que muitas delas são entidades de mentirinha, cuacaf dirigentes, quase sempre subordinados a partidos políticos, simulavam serviços, montavam prestações de contas e dividiam os lucros entre si. Uma CPI foi instalada no Congresso para tentar desvendar os caminhos do dinheiro desviado, mas pouco conseguiu até agora. VEJA localizou uma testemunha que ajuda a entender como muitas ONGs se transformaram em verdadeiras minas de ouro. Do que ela confessa e pode provar, emergem as engrenagens criminosas de uma entidade de Brasília que se associou a comunistas e socialistas que comandam os ministérios do Esporte e da Ciência e Tecnologia e conseguiu desviar, sozinha, 3,4 milhões de reais. Fácil, fácil.

A testemunha chama-se Michael Vieira da Silva, ex-funcionário do Instituto Novo Horizonte, uma ONG que dizia oferecer cursos de treinamento a crianças pobres. Ele conta que atuava como uma espécie de faz-tudo da entidade, mas seu grande trabalho foi abrir uma empresa de fachada, a T & Z, para fornecer notas fiscais frias à ONG, que assinou um convênio (que tem o sugestivo número 171) com o Ministério da Ciência e Tecnologia no valor de 1,8 milhão de reais. Os recursos saíram dos cofres do ministério e desapareceram sem deixar vestígios. Os documentos apresentados por Michael revelam o destino final do dinheiro: a conta pessoal do responsável pela ONG, Luiz Carlos de Medeiros ([veja o quadro](#)). O golpe é simples e de altíssima rentabilidade. A ONG simulava gastar a maior parte da verba que recebia em material didático. Investia, na verdade, apenas 5% do que declarava. A diferença, 95%, caía nos bolsos dos donos e de amigos que participavam do esquema. "Havia pagamento a secretárias e funcionários dos ministérios", diz Michael. Ao emitir notas fiscais frias para comprovar as despesas falsas, Michael acabou sendo multado em 722 000 reais pelo Fisco estadual.

Fotos Cristiano Mariz e Ana Araújo

